

O Museu e a criança: relações

Maria Isabel Leite

Rio Grande do Sul

Quem somos nós, senão uma combinação de experiências, informações, de leitura, de imaginações. Cada vida é uma enciclopédia, uma biblioteca, um inventário de objetos, uma amostragem de estilos, onde tudo pode ser continuamente remexido e reordenado de todas as maneiras possíveis.

Ítalo Calvino

Existem diferentes formas de abordarmos as relações entre crianças e museus. Opto por trazer à tona um breve panorama conceitual sobre os dois elementos fundamentais – crianças e museus – e, a partir de então, esboçar algumas tramas possíveis entre eles. Mas antes mesmo de me dedicar a essa tarefa, explico dois pressupostos que se constituem como pano de fundo da tessitura a ser desenvolvida: o primeiro, de que o acesso aos museus e demais equipamentos culturais é direito inalienável de todos os cidadãos, garantido constitucionalmente como direito de acesso à educação e à cultura; e o segundo, é que entre esses “todos os cidadãos” supracitados, encontram-se as crianças, desde bebês. Portanto, o texto vai defender o entendimento de criança como público museal, não apenas possível, mas desejado.

As concepções de museu mudam na história: se antes museus eram locais de apreciação para poucos, resguardando e oferecendo uma visão parcial da história – a dos vencedores –, hoje são espaços de debate e reflexão crítica que oportunizam o aprendizado *com* os artefatos culturais e não apenas *sobre* eles; espaços de construção crítica de identidade, onde os cidadãos não somente vêem os objetos – numa relação de alteridade –, mas que *se* vêem *nos* objetos – constituindo seu sentimento de

pertença. Museus são, então, lócus privilegiados de transformação e ação social – e como tal, devem estar acessíveis a todos.

Também não são as mesmas concepções de infância que atravessam a história. Se no século XV ainda não havia especificidade social delimitada e explícita entre crianças e adultos, no século XVIII essa diferenciação vem surgir imersa nas novas relações econômicas, sociais e familiares que se estruturam. A Filosofia do século XX, aqui representada pelo alemão Walter Benjamin, assume a criança como sujeito de classes, que nasce patrão ou operário. A criança é trazida à baila como cidadã de pouca idade, que pensa, age, interage no mundo e dá significação às suas experiências de forma diversa daquela do adulto – portanto, que produz uma cultura diferente, a chamada *cultura da infância* – e que por essas particularidades deve ser respeitada.

O sociólogo da infância e pesquisador português contemporâneo, Manoel Sarmiento, vem se dedicando a categorizar alguns aspectos dessa *cultura da infância*. Destaca: a *interatividade* – lembrando que as crianças aprendem com o outro, seja ele coetâneo ou adulto, em seus espaços de partilha, tanto formais, informais ou não-formais; a *ludicidade* – ressaltando que o brincar é uma ação social aprendida e muito do que meninos e meninas fazem de mais sério. O brinquedo e a brincadeira são elementos fundamentais na compreensão do mundo e na ação que as crianças exercem nele. A *reiteração* – observando que o tempo da criança é um tempo recorrente, permanentemente reinventado, que pode ser sempre reiniciado e repetido – mas a cada vez que ela faz *de novo*, há sempre algo de inaugural; e, por fim, destaca a *fantasia do real* – afirmando que é com a fantasia e o imaginário que a criança se relaciona com o mundo no qual está inserida, assim como atribui significados às coisas que a cercam.

É a partir dessas categorias que me aproximo da relação museu-criança e ainda saliento uma outra especificidade das culturas infantis: o fato de elas serem, fundamentalmente, mediadas por terceiros – em geral, um adulto. É o adulto quem apresenta a criança aos objetos e equipamentos culturais.

Como diz Benjamin, museus são casas que suscitam sonhos e, assim, lugares de encantamento. Nesse sentido, para as crianças, a oportunidade de fruição vai ao encontro de sua curiosidade e necessidade permanente de investigar *o* e indagar *sobre* o mundo. Visto dessa forma, a partir dessa trama conceitual, defendo que a relação museu-criança deva estruturar-se na possibilidade de provocar os sentidos e favorecer as descobertas, convidando a imaginação para o centro do palco – o que significa, na prática, oportunizar *experiências múltiplas* às crianças nos museus. Mais do que ver/olhar; ou ainda mais do que a vivência sensorial, o conceito de experiência, tomando por base o espanhol Jorge Larossa, é entendido como aquilo *que nos atravessa*; ou, ainda, o que o cineasta italiano Píer Paolo Pasolini conclamava para seus filmes: os objetos são dotados de uma linguagem própria – a linguagem pedagógica das coisas – e essa experiência com eles *nos deixa marcados na carne*.

Para que, então, essa experiência ocorra no museu, faz-se necessário, sobretudo, rever as formas de comunicação, que incluem toda a ação educativa; a organização dos espaços; as mensagens escritas etc. a fim de acolher de forma qualitativa o público infantil: analisar a facilidade de inteligibilidade das mensagens; a visibilidade das obras (altura etc.); e, sobretudo, nas ações educativas, entender primeiramente que a fruição das crianças necessita de um tempo outro, diferente, singular: tempo para elaborar sentimentos, (re)viver, abrir as portas da magia, da imaginação; tempo para estabelecer relações com o mundo fora de si mesma. Não se deve negar aos pequenos o acesso de forma crítica e reflexiva aos diferentes conhecimentos historicamente construídos expostos no museu, mas faz-se necessário que possam constituir significação ao visto/vivido e expressar-se sobre isso. Nesse sentido, torna-se ímpar provocar os seus sentidos e convidar ao palco sua capacidade de narrar, compreendendo a criança como sujeito potente e não como vir-a-ser, portanto, capaz de exercitar o perguntar e o responder, enfrentando os mistérios e o desconhecimento; de acionar sua memória e experiências anteriores, desenvolvendo seu senso crítico; de estabelecer relações e tramas com sua imaginação, testando

hipóteses diferenciadas. Para isso, é importante oferecer chances de participação em propostas desafiadoras, dialogais, lúdicas e criativas de maneira a contribuir para que a experiência museal seja memorável – única!

Finalizo destacando uma particularidade dos museus de arte. Uma vez que nas sociedades letradas há um claro domínio da linguagem oral e escrita, especialmente nos espaços formais de educação, cabe perceber que isso sublinha as áreas de menor competência das crianças pequenas, colocando-as como sujeitos-em-falta. Assim, se não são a fala, tampouco a escrita, as formas expressivas privilegiadas dos pequeninos, também por isso pode ser extremamente libertador para eles entrar em contato com produções estéticas variadas de maneira a, partir daí, estabelecer relações com suas próprias linguagens e produções, encorajando-os a criarem respostas autorais e múltiplas.

Vistos assim, museus não são apenas espaços promotores de cultura destinados à contemplação-ativa das crianças; são também impulsionadores da ação criativa dos meninos e meninas visitantes. Isto é, não basta apenas franquear o acesso aos museus, mas pensar em formas e estratégias de as crianças poderem aproveitá-las de maneira plena e integral.